



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

*João Manuel
Bairos*

--- ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

--- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal, na 5ª sessão ordinária de 12/12/2023, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Aprovação da correção material do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto; -----
3. Aprovação da proposta de protocolo de geminação entre o Município de Alenquer e o Município de Vila do Porto; -----
4. Quarta revisão do Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano de dois mil e vinte e quatro; -----
5. Proposta de redução da taxa municipal sobre imóveis (IMI) para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto; -----
6. Proposta de repartição de encargos plurianuais - encargos com a empreitada do furo para captação de água na freguesia de Santo Espírito. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu início à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Florbela Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição da deputada Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD) que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), António Manuel Soares de Sousa (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada); Ricardo Filipe Santos Melo (PS), Jaime Braga Bairos (PS), Manuel dos Anjos

JL
Bairros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Lisboa (em substituição do deputado Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Nuno Alexandre Ricardo Rodrigues (em substituição do deputado Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Armando de Melo Soares (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), António Isidro Braga Sousa (PS) e António Jorge Cabral Monteiro (PS), e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. Não esteve presente na reunião o deputado Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a quarta sessão ordinária da assembleia municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e quatro, publicitada por edital de dezoito de setembro do corrente ano, agradeceu aos funcionários da autarquia pela organização logística da sala e desejou a todos uma boa sessão de trabalhos. -----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se registaram quaisquer inscrições, passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, apesar desta ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para tal foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à aprovação, sendo a mesma aprovada por maioria com catorze votos a favor e cinco abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, destacando o mail recebido do presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais relativamente à posição da Assembleia Nacional sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and initials in blue ink.

Portaria 185/2024 1, de catorze de agosto, informando que solicitaram pareceres sobre o assunto da portaria e notifica que as assembleias municipais devem aguardar a comunicação desse pareceres, os ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Daniela Braga, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que a mesa não tinha recebido quaisquer votos ou recomendações. -----

---Posto isto passou-se de imediato ao ponto de tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico onde se inscreveram os/as deputados/as José de Melo, António Sousa, Carmélia Melo, João Silva, Armando Soares e Carlos Rodrigues. -----

--- Dada a palavra ao deputado José de Melo este apresentou uma congratulação à organização, em Santa Maria, do congresso do LPAZ, e pela ocorrência do Congresso Internacional da Lusofonia. Enalteceu ainda a realização de mais uma prova da taça Trail Run de Santa Maria dando os parabéns aos clubes desportivos e a autarquia pela dinamização do evento e sugeriu a organização de formação para os clubes organizadores dessa provas e atletas marienses, ministrada pela Trail Run de Portugal, na área da nutrição, metodologia de treino e da gestão do esforço. Manifestou a sua preocupação pelas condições das estradas e caminhos, ressaltando o investimento da autarquia nessa área, e questionou em ponto é que estão os concursos da reparação dos caminhos e estradas municipais. Ressalvou a requalificação dos equipamentos do complexo desportivo e perguntou quanto se investiu nessa reparação; qual o montante previsto para a reparação dos edifícios das escolas do primeiro ciclo; quanto é que a autarquia investiu nos projetos da “Dança Criativa” e “Como o peixe na água”; para quando a colocação de ar condicionado na Casa Velório; para quando a substituição dos bebedouros no canil, contratação de um veterinário e a arborização do espaço exterior. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Foi de seguida dada a palavra à presidente da autarquia, Bárbara Chaves que reconheceu a importância da realização, em Santa Maria, dos congressos da LPAZ e da Lusofonia, pelo fato de estes decorrerem durante a “época baixa”. Respondeu ainda que irão ponderar sobre as propostas de formação apresentadas; que na reposição do pavimento das estradas a autarquia tem a preocupação de reabilitar sempre primeiro a rede de águas das vias a intervir; que está a decorrer o procedimento concursal para a recuperação das vias da Mãe de Deus, Lapa, Flor da Rosa e Cruz Teixeira; que no complexo desportivo foram feitos investimentos ao nível do aquecimento das águas, da gestão da água, rampas de acesso e impermeabilização da cobertura, num valor superior a duzentos e cinquenta mil euros; que está a decorrer o processo concursal para a reabilitação das escolas de Santo Espírito, Almagreira e S. Pedro e que está em fase da elaboração do projeto para a reabilitação da escola do Aeroporto, cujo custo, pelas informações que dispõe, será suportado por verbas próprias do município; que a autarquia tem feito um grande investimento na recolha seletiva de resíduos com a aquisição de equipamentos e viaturas, com a georreferenciação dos contentores e com a sensibilização das pessoas, por isso em alguns meses já se conseguiu atingir a taxa de vinte por cento de recolha seletiva; que os projetos da “Dança Criativa” e “Como o peixe na água”, são atividades complementares às aulas de natação que são oferecidas pela escola e pelos clubes desportivos; que será dada formação aos interessados sobre o tema “Outras fontes de financiamento das Associações”, para além das do governo regional e da autarquia; que já foram adquiridos os equipamentos para colocação de ar condicionado na Casa Velório; que está complicado a contratação de um veterinário e que está previsto a realização de investimentos e obras no CAMAC, para o aumento de boxes para animais e para a arborização do espaço exterior. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado António Sousa colocou a questão se a autarquia adquiriu ou fez um acordo com o proprietário de um terreno que confronta com o logradouro da Casa das Covas e no qual existe um palheiro que está a ser intervencionado pela autarquia, ao que a presidente da autarquia respondeu que tentaram identificar os proprietários desse terreno para futura aquisição, não obstante, como estavam a intervir nessa zona, decidiram recuperar esse palheiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

ff
Bandeira
Azul

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado João Silva que lamentou a excessiva demora na recuperação dos edifícios das escolas do primeiro ciclo e apresentou um lapso no relatório das atividades da autarquia, pois aí é referido que o Caminho da Borda de Água de Valverde, foi apoiado pela Junta de Freguesia de Santo Espírito, ao que a presidente da autarquia justificou que não se avançou mais cedo para a reabilitação dos edifícios das escolas do primeiro ciclo por não existirem verbas para o efeito e, como tal, havia expectativas que tais custos fossem, em parte, suportados por fundos comunitários e reconheceu o lapso referido no relatório de atividades. -----

--- Na sequência da intervenção anterior solicitou para intervir o deputado José de Melo, que ao tomar a palavra lembrou que durante quase duas décadas houve graves problemas de infiltrações nas escolas e por isso acha estranho que quando a autarquia decide avançar, a expensas próprias, para uma definitiva resolução do problema, os encarregados de educação estejam desagrados, mas pelo conhecimento que tem tal não é verdade. -----

--- O deputado Carlos Rodrigues também pediu para intervir para lembrar que foram realizadas obras nos telhados das escolas do primeiro ciclo, no âmbito de uma empreitada que decorreu há mais de vinte anos, na qual se cometeram vários lapsos nos respetivos beirais, e por isso nunca foi possível resolver definitivamente o problema. -----

--- Dada a palavra à deputada municipal Carmélia Melo esta lamentou a redução do tempo da época banear com nadadores salvadores, que se verificou este verão, e questionou se para o ano será igual, ao que a presidente da autarquia lembrou que já tinha informado na última sessão da assembleia que, em função de vários investimentos realizados nas zonas balneares, a autarquia não disponha de orçamento para suportar os custos dos nadadores salvadores durante o período usual, optando-se pela redução desse período, mas que para o próximo ano pretende-se retomar o período usual da época banear com nadadores salvadores, lembrando o facto das zonas balneares estarem ainda abertas, apenas não existem lá nadadores salvadores, que é uma exigência da Bandeira Azul. -----

--- Dada a palavra à deputada municipal Helena Ferreira, esta também lamentou ter havido uma redução no período da existência dos nadadores salvadores, durante a época

Jfr
Bairros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

balnear, diminuindo assim a segurança dos banhistas, particularmente dos turistas que não conhecem as condições do mar, podendo-se ter verificado graves acidentes, opinando que não houve rigor na planificação e gestão da situação, ao que a presidente da autarquia refutou, argumentando que só houve uma redução de onze dias nesse período e que a época balnear foi planeada tal como explicada na sessão anterior. -----

--- Pedeu para intervir o deputado municipal Jaime Bairos, para esclarecer que em Santa Maria a gestão das zonas balneares é da responsabilidade de duas entidades, do governo regional, os lugares da Maia e S. Lourenço, e da câmara Municipal, os lugares da Praia Formosa e Anjos, e que a bandeira azul só exige fiscalização em determinadas áreas desses lugares, logo as zonas balneares de Santa Maria não são vigiadas em toda a sua extensão, por isso o perigo de existir acidentes é inerente à condição das praias e à condição humana. -----

--- Também solicitou uma intervenção a deputada municipal Florbela Cunha, que alertou que na altura que um houve um excesso de algas, que apareceram nas praias, estas andaram a ser recolhidas pelos banhistas, pelo que recomenda que a limpeza deve ser feita mais frequentemente, ao que presidente da autarquia disse que tomaram conhecimento da situação e que fizeram uma intervenção na praia com a colaboração da Junta de Freguesia de Almagreira, mas reconhece que, tendo em conta a tipologia desses resíduos, pode ter-se verificado algum atraso na sua recolha. -----

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares este apresentou uma proposta para as reuniões da comissão de análise prévia só se realizem quando na ordem de trabalhos constar assuntos que impliquem uma análise mais profunda dos documentos ou quando esta incluir propostas de plano de atividades, orçamentos e respetivas revisões ou contas de gestão. -----

--- Na sequência desta proposta o presidente da mesa da assembleia abriu um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos ou apresentação de sugestões, no qual se inscreveram os/as deputados/as Rosa Melo e José Melo. A deputada Rosa Melo justificou a importância da realização das reuniões da comissão de análise prévia, pois tal evita sobrecarregar a análise dos documento nas sessões da assembleia municipal, desde que os grupos municipais se pronunciem sobre a sua posição relativamente a cada assunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILÀ DO PORTO

JF
Baines
A

podendo no entanto, em situações esporádicas, remeterem a sua posição para a sessão da assembleia municipal, ao que o deputado Armando Soares contra-argumentou afirmando que, em várias situações os documentos são enviados tardiamente, o que não possibilita que o grupo tome uma posição atempadamente e por isso remete muitos assuntos para as sessões da assembleia municipal. -----

--- Ao tomar a palavra, o deputado municipal José de Melo defendeu que as reuniões da comissão de análise prévia deviam realizar-se segundo o que está regimentado. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições a proposta foi sujeita à aprovação sendo rejeitada com onze votos contra do grupo municipal do Partido Socialista e com oito votos a favor dos deputados do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- Retomou novamente a palavra o deputado Armando Soares para alertar que as caleiras da estrada do Gingal estão soltas, podendo provocar algum acidente e, quando um veículo passa por cima delas resulta num enorme barulho que, particularmente durante a noite, provoca algum transtorno aos moradores da zona e aos doentes internados na Unidade de Saúde, ao que a presidente da autarquia respondeu que tem conhecimento da situação e já tentaram solucionar o problema, só que o problema subsiste e por isso já reportaram a situação à empresa que realizou a obra. -----

---- Dada a palavra ao deputado municipal Carlos Rodrigues este reiterou a preocupação do envio tardio dos documentos de suporte às sessões da assembleia municipal e questionou se a autarquia deu conhecimento à Direção Regional da Cultura do projeto da obra que está a ser realizada no jardim municipal e que tipo de pavimento vão ser aplicados nas obras de requalificação das estradas municipais que estão a concurso e em que ponto de situação está a estrada das Courelas. -----

--- Ao tomar a palavra, a presidente da autarquia esclareceu que a obra que está a ser realizada no jardim municipal se trata de um cumprimento do orçamento que a assembleia aprovou e que não deram conhecimento à Direção Regional da Cultura, pois não é uma alteração estrutural, mas sim a reposição do que existia e que o projeto foi realizado pela mesma empresa projetista da praça. Esclareceu ainda que o pavimento a aplicar na requalificação das estradas da Cruz Teixeira e Flor da Rosa, será betuminoso e as restantes serão em betão pois este é mais resistente que o betuminoso e quanto às

JFM
Banda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

obras da estrada das Courelas, serão substituídas as tubagens e o pavimento será reposto em betuminoso. -----

--- Passou-se de imediato ao período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo primeiro secretário da mesa, José Manuel Torres, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. Após a referida leitura, o presidente da mesa da assembleia apresentou a proposta da introdução de mais três pontos à ordem de trabalhos, a saber: -----

- Ponto 4 - Quarta revisão do Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano de dois mil e vinte e quatro; -----

- Ponto 5 - Proposta de redução da taxa municipal sobre imóveis (IMI) para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto; -----

- Ponto 6 - Proposta de repartição de encargos plurianuais - encargos com a empreitada do furo para captação de água na freguesia de Santo Espírito. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na quinta sessão ordinária de 12/12/2023, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos, aprovação da correção material do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, no qual foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta informou que a correção decorre da solicitação de privados para corrigir a situação de um caminho que atravessa uma propriedade no lugar do Brejo de Baixo, freguesia de Almagreira, e que, após seguir os seus trâmites legais, cabe à assembleia municipal aprovar a proposta apresentada. Foi de imediato aberto um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

FR
Bunone
↓

período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições, passou-se à votação do documento sendo este aprovado por unanimidade. ----

--- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, aprovação da proposta de protocolo de geminação entre o Município de Alenquer e o Município de Vila do Porto, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou no vice presidente essa informação, e este, ao tomar a palavra, esclareceu que o protocolo vem na sequência do trabalho que vem a ser realizado pela autarquia, que visa a integração dos impérios marienses no contexto global das Festas do Divino Espírito Santo, e que se encetou uma aproximação ao concelho de Alenquer, por ter sido o primeiro local no país onde se realizaram as festas em conceito de império, tal como foi em Santa Maria que se realizou o primeiro Império do Espírito Santo nos Açores e, também pelo facto de em Alenquer ter sido construído o primeiro Convento Franciscano do país e em Santa Maria ter sido construído o primeiro Convento Franciscano dos Açores. Realçou ainda que a autarquia contactou a Direção Regional das Comunidades para Santa Maria participar nos futuros colóquios do Divino Espírito Santo, repartidos por Alenquer, Ponta Delgada e dois locais da diáspora. -----

--- Foi de imediato aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues e José de Melo. O deputado Carlos Rodrigues reconheceu o trabalho desenvolvido pela autarquia nessa área, mas lamentou que a proposta apresentada para homenagear o “principal cozinheiro da ilha” ainda não tenha sido concretizada. -----

--- Pediu a palavra a presidente da autarquia para esclarecer que tal proposta será concretizada incluída num conjunto de outras ações de valorização dos impérios marienses. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado José de Melo congratulou-se pela proposta apresentada, pois o trabalho que está a ser desenvolvido pela autarquia coloca Santa Maria no “mapa” das Festas do Divino Espírito Santo e vinca a nossa ilha como o “berço” dessas festas nos Açores, e a sua disseminação pela diáspora, mas desafia a autarquia para que os protocolos de geminação não fiquem apenas no papel, pois há que

Jfr
Armando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

desenvolver esforços no sentido de existirem intercâmbios culturais, projetos de investigação histórica e outros, entre Vila do Porto e as vilas irmãs, ao que a presidente da autarquia referiu que já estabeleceu contatos institucionais com os representantes de Vila Franca e de Hudson e tem possibilitado trocas culturais entre os nosso concelho e as vila referidas. Como não se registaram mais inscrições, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto quatro da ordem de trabalhos, quarta revisão do Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou essa informação na vereadora Graça Morais que, ao tomar a palavra, informou que a revisão proposta justifica-se pela inclusão da receita do IVA turístico, dos anos de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Armando Soares que sugeriu que a autarquia deveria canalizar essa receita para as empresas que contribuíram para o desenvolvimento do turismo em Santa Maria, por forma a incentivar mais os nossos empresários do ramo, ao que foi esclarecido pela presidente da autarquia que essa receita extraordinária, este ano, irá ser canalizada para amortizar os juros da dívida, mas que futuramente irão considerar a sugestão apresentada. Como não se registaram mais inscrições, passou-se à votação do documento, sendo este aprovado por maioria com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e com a abstenção do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- No quinto ponto da ordem de trabalhos, proposta de redução da taxa municipal sobre imóveis (IMI) para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que se propõe aplicar o que está previsto legalmente. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições, passou-se à votação do documento sendo esta aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- No sexto ponto da ordem de trabalhos, proposta de repartição de encargos plurianuais - encargos com a empreitada do furo para captação de água na freguesia de Santo Espírito, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que, tendo em conta o valor previsto para a obra, este terá de ser repartido em dois anos económicos e terá de ser aprovado em assembleia municipal. De imediato foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a proposta em apreço, mas como não se registaram inscrições, passou-se à votação da mesma sendo esta aprovada por unanimidade. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram onze horas e trinta minutos quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada em minuta por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----






